
Transição Energética: Análise de Políticas Públicas e Incentivos Governamentais

RIBEIRO, Larissa Rezende Assis

Instituto Federal de Goiás, Câmpus Valparaíso, DAA.

RODRIGUES, Marcelo Alves

Instituto Federal de Goiás, Câmpus Valparaíso, Engenharia Elétrica.

SILVA, Paula Sofia Costa

Instituto Federal de Goiás, Câmpus Valparaíso, Engenharia Elétrica.

O projeto teve como objetivo central analisar políticas públicas e incentivos governamentais que impulsionam a transição energética no Brasil, além de avaliar os marcos regulatórios que moldam esse processo. A justificativa decorre da relevância global da transição energética frente às mudanças climáticas, bem como da posição estratégica ocupada pelo Brasil, cuja matriz elétrica é majoritariamente renovável. A metodologia foi de caráter descritivo e explicativo, com abordagem mista, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental de relatórios oficiais, legislações e bases de dados de instituições nacionais e internacionais. Os resultados obtidos evidenciam que instrumentos regulatórios, como o PROINFA, os leilões de energia da ANEEL e o Marco Legal da Geração Distribuída, foram

fundamentais para diversificar a matriz e reduzir riscos de investimento. Também se destaca o papel de programas sociais como Luz para Todos e Mais Luz para a Amazônia, que promovam a inclusão energética em comunidades remotas, além de políticas de financiamento e incentivos fiscais que fomentaram a indústria nacional e a inovação em tecnologias limpas. Os dados levantados indicam que, apesar dos avanços expressivos, ainda existem desafios estruturais e regulatórios a serem superados. A dependência significativa da hidroeletricidade impõe riscos de vulnerabilidade em cenários de estiagem prolongada. Além disso, a expansão da geração distribuída demanda atualização do marco tarifário e maior segurança jurídica para assegurar previsibilidade aos investidores. O montante projetado de investimentos – cerca de R\$ 2 trilhões até 2033 e US\$ 6 trilhões até 2050 – reforça a magnitude da transformação em curso e a necessidade de uma coordenação robusta entre governo, setor privado e sociedade civil. Outro ponto crucial refere-se à dimensão socioambiental da transição. Garantir justiça energética significa não apenas ampliar a participação das renováveis, mas também promover equidade regional, inclusão de populações tradicionais e fortalecimento do conceito de sustentabilidade como vetor de desenvolvimento. A adoção crescente de biocombustíveis avançados, a exploração do hidrogênio verde e a inserção da economia circular nos programas setoriais indicam caminhos consistentes rumo à neutralidade de carbono. Conclui-se, portanto, que a transição energética no Brasil está em curso de forma concreta, sustentada por uma base regulatória robusta e por incentivos governamentais consistentes. Todavia, sua consolidação dependerá da capacidade de alinhar investimentos maciços em infraestrutura com políticas públicas de longo prazo, equilibrando os aspectos ambientais, econômicos e sociais. Dessa forma, o país poderá não apenas cumprir seus compromissos internacionais de redução de emissões, mas também consolidar-se como liderança global em energia limpa, inclusiva e sustentável.

Palavras-chave

Transição energética; políticas públicas; incentivos governamentais; sustentabilidade.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio do Instituto Federal de Goiás.)